

ARTIGO

**DISPONIBILIDADE E ACESSO DE ALIMENTOS NA
TERRA INDÍGENA CARRETÃO***FOOD AVAILABILITY AND ACCESS IN CARRETÃO
INDIGENOUS LANDDISPONIBILIDAD Y ACCESO DE ALIMENTOS EN LA TIERRA
INDÍGENA CARRETÃO*Marlene Castro Ossami de Moura*

Resumo: Este trabalho visa analisar a disponibilidade e as modalidades quanto ao acesso de alimentos na comunidade indígena Tapuia. Será realizado um estudo comparativo em três momentos históricos, sobretudo no que diz respeito à situação vivida por este grupo no início da década de 1980, quando ele ainda não recebia a “assistência” da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), mantendo-se, exclusivamente, com o resultado da mão de obra familiar. Pretende-se discutir a influência das ações governamentais na prática alimentar dos Tapuios, como também se estas ações têm contribuído para a segurança alimentar e nutricional do grupo, sobretudo no que diz respeito à autonomia e à sustentabilidade alimentares.

Palavras-chave: Tapuios. Autonomia. Sustentabilidade alimentar. Segurança alimentar e nutricional.

Abstract: This article has the objective to analyze the availability and the modalities of food access in the indigenous community Tapuia. A comparative study was done in three historical moments, especially about the living conditions of that community at the early 1980's, when they didn't have access to the assistance of the National Indian Foundation (FUNAI), subsisting exclusively with the results of the family work force. After that, it is discussed the influence of government's actions on the Tapuios' alimentary practices and also if those actions have been contributing to the nutritional and alimentary safety of that group, particularly in the aspects associated to the alimentary autonomy and sustainability.

Keywords: Tapuios. Autonomy. Alimentary Sustainability. Nutricional and alimentary safety.

Resumen: Este trabajo intenta analizar la disponibilidad y las modalidades de acceso de alimentos en la comunidad indígena Tapuia. Será realizado un estudio comparativo en tres momentos históricos, sobre todo en lo que dice respecto a la situación vivida por este grupo al principio de la década de 1980, cuando aún no recibía la “asistencia” de la Fundación Nacional del Indio (FUNAI), manteniéndose, exclusivamente, con el resultado de la mano de obra familiar. Se pretende discutir la influencia de las acciones gubernamentales en la práctica alimentaria de lo Tapuios, como también si estas acciones han contribuido para la seguridad alimentaria y nutricional del grupo, sobre todo por lo que dice respecto a la autonomía y a la sustentabilidad alimentaria.

Palabras clave: Tapuios. Autonomía. Sustentabilidad alimentaria. Seguridad alimentaria y nutricional.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa a disponibilidade e as modalidades de acesso de alimentos pela comunidade indígena Tapuia¹ que habita a Terra Indígena Carretão, situada no estado de Goiás². Será feita uma descrição das circunstâncias vividas por este grupo em três momentos distintos: no final do século XIX e início do século XX, época em que a comunidade vivia sob a autoridade do “capitão” indígena José Aguiar e tinha uma assistência precária do SPI; de 1930 até 1980, período em que o trabalho era organizado sob o comando

do chefe indígena Simão Borges e ainda não recebia a “assistência” da FUNAI e de outras agências governamentais; e de 1980 até a atualidade, quando passam a contar com a assistência de agências governamentais como a FUNAI, que criou, em 1987, o Posto Indígena (PIN) na área, e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), que passou a atender a comunidade a partir de 1999, substituindo a anterior. A presença destes órgãos governamentais, de certo modo, trouxe mudanças na forma de organização econômica do grupo, potenciali-

*Artigo recebido em junho 2012
Aprovado em setembro 2012

zando seu poder aquisitivo quanto ao acesso a alimentos.

Os Tapuios são descendentes de cinco grupos indígenas - Xavante, Xerente, Kayapó, Javaé e Karajá -, que foram transplantados para o aldeamento Carretão, construído pela Coroa Portuguesa, na então Província de Goiás, em 1788, e desativado no final do século XIX. Produto de uma política de aldeamento, os Tapuios foram invisibilizados no cenário colonial e nacional. Tal invisibilidade faz parte de um processo nacional de negação de identidades indígenas específicas, que teve lugar, de forma incisiva, na segunda metade do século XIX, notadamente a partir de diferentes modalidades de sonegação do uso econômico e simbólico da terra. Após dois séculos de contatos com a sociedade colonial e nacional, que resultou na dispersão do grupo entre a população regional, os Tapuios adquiriram visibilidade pelo nascimento de um novo grupo orgânico de indivíduos. Hoje, eles são estimados em torno de 200 pessoas³ e habitam a Terra Indígena Carretão, situada entre a Serra Dourada (ou do Tombador) e o rio São Patrício (ou Carretão), nos municípios de Rubiataba e Nova América, no Estado de Goiás. A Área Indígena é composta de duas glebas não contínuas que perfazem um total de 1.743 hectares.

2 NO TEMPO DA "FAMÍLIA DOS VELHOS": as roças "reúnas"

Sobre este tempo da "família dos velhos"⁴, que corresponde ao final do século XIX até a primeira metade do século XX, os dados que se têm são baseados em documentos históricos encontrados em relatórios de governos provinciais da região de Goiás, bem como em depoimentos de Simão Borges⁵, concedidos à Rita Heloisa de Almeida, quando de sua primeira viagem ao Carretão, em 1980, enquanto funcionária da FUNAI.

No tempo da "família dos velhos" os Tapuios eram chefiados por José de Aguiar que morava com seu povo no Carretão Grande (antigo local da sede do aldeamento Carretão). Segundo Simão Borges, José de Aguiar - seu avô - era um "Xavante legítimo", o "criador" de todos e era o capitão dos tapuios e negros que moravam no Carretão (LAZARIN, 1985, p.48). Tudo indica que, nesta época, o povo do Carretão recebia atendimento esporádico do Serviço de Proteção ao Índio - SPI, pois Simão citou para Rita Almeida a existência do inspetor Mandacaru "que veio regu-

larizar nós... fazer entrega... ensinar como é que faz" (LAZARIN, 1985, p. 36). De fato, em 1911, foi criada a Inspeção Regional de Goiás do Serviço de proteção aos Índios, tendo como um dos seus inspetores, Mandacaru de Araújo. Os documentos históricos não indicam com precisão até quando os índios do antigo aldeamento Carretão receberam assistência oficial do Governo de Goiás. Sabe-se que ele foi desativado no final do século XIX, mas não existe um documento, oficializando sua desativação conforme o registro de tal ocorrência em outros aldeamentos.

Quando de nossa pesquisa no Carretão⁶, de 1987 a 1998, ao analisar o parentesco da comunidade, percebemos que os Tapuios traçavam sua ascendência direta a partir da "família dos velhos". Esta habitava a sede do antigo aldeamento Carretão, já no início do século XX, vivendo num tempo limiar ou de transição entre a fase final do aldeamento e o início da invasão da área indígena, na década de 1930. A família em evidência está presente nas lembranças e relatos dos atuais Tapuios. Para estes, a "família dos velhos" vivia reunida sob a autoridade do "capitão" José de Aguiar, considerado índio "puro", legítimo Xavante que falava a língua, cuidava de todos e dirigia o trabalho nas roças "reúnas" (roças coletivas). Tal família é representada pela geração de José de Aguiar (Xavante) e de Maria Raimunda (Xavante) e Maria do Rosário (Kayapó), na qual os Tapuios reconhecem sua ascendência.

Na época da "família dos velhos" o grupo doméstico era formado por famílias extensas e se reunia em mutirão para os trabalhos nas roças. Na década de 1930, o capitão José de Aguiar, escorraçado por fazendeiros para o povoado de Santa Rita de Antas, saiu da região levando com ele uma "grande parentela". Simão Borges sucede-o na função de chefe dessa época, relembra sobre seus ancestrais e sobre o local de seu habitat⁷, em entrevista a Lazarin (2003, p. 48):

Ah! Nesse tempo, vou contar, o *gerente* morreu. O meu avô saiu... Uns pegaram a esfarinhar pra aqui, outros pra acolá, e aqui ficou sem *capitão*... No tempo que tinha o meu avô que mandava em tudo, a roça era *reúna*... Neste tempo foi tudo cultura. Então fazia a tal roça *reúna*, não tinha negócio de fazer rocinha pra aqui, pra acolá. Aqui no Carretão Grande, lá embaixo, era uma só roça. Chama roça *reúna*. Agora vem um *fiscal*, ajunta que é para dá tudo para o governo, que o governo favorecia, dava tudo, tinha o *zelador* para zelar deles, tinha diretor geral. Chamava diretor geral... quando era tempo da colheita, aqui e acolá, aqueles que tinham família. Agora... vinha o *diretor geral* levava o *fiscal*, aqueles que tinham família grande tirava aquele tanto, aí repartia para todos e agora

que eles iam [embora] carregavam tudo [o restante da colheita], trabalham todos reunidos e o governo favorecia ele, trazia roupa, carregamento. Todo fim do mês vinha duas bestas carregada de suprimento para eles. (grifo nosso)

Os termos utilizados por Simão - como "diretor geral", "capitão", "gerente", "fiscal", "roça reúna" (coletiva) - coincidem com aqueles usados nos aldeamentos da metade do século XIX, quando foram criadas as Diretorias Gerais dos Índios, pelo Decreto 426 ou Regimento das Missões, de 24 de julho de 1845. Aí surgiram as figuras do Diretor Geral dos Índios e do diretor responsável de cada aldeia. No aldeamento Carretão, mesmo quando a figura do Diretor de aldeia já se encontrava em decadência, conforme se depreende do discurso do Presidente da Província de Goiás à Assembleia Legislativa em 1850, foi nomeado um Diretor e os índios foram obrigados a fazer plantações em comum (Memórias Goianas, nº 5, 1996).

Alguns dos termos utilizados por Simão também estão relacionados com a própria estrutura funcional do SPI. Quando de sua criação, este foi composto de uma Diretoria, duas Seções, algumas Inspetorias Regionais e Ajudâncias, além das Povoações Indígenas e Centros Agrícolas. Cabia à Inspetoria Regional do Índio, que tinha sede na cidade de Goiás, prestar assistência aos indígenas desta região, entre os quais os do Carretão. Isso indica que o Carretão, no início do século XX, ainda tinha um "gerente", ou seja, um diretor em sua administração, dando assistência aos índios, porém residindo fora da área indígena. Como depreendemos da fala de Simão Borges, no momento da colheita, vinha o fiscal para reparti-la e levar o excedente para ser comercializado ou distribuído em outras aldeias. O diretor era auxiliado por um "capitão"⁸ escolhido dentre os índios, como permitiam legislações anteriores. No caso, este capitão poderia ter sido José de Aguiar, o que justifica o argumento de Simão Borges, de que seu "avô mandava em tudo".

As "roças reúnas"⁹, mencionadas por Simão, estão relacionadas às plantações comuns, em que os produtos colhidos serviam para o abastecimento da aldeia como um todo, bem como para ser comercializados junto aos viajantes e moradores da região. Por isso, procurava-se organizar o trabalho de plantações em comum e fiscalizar a distribuição dos produtos entre os índios e aqueles destinados à comercialização. Deste "tempo dos velhos", o que se pode deduzir é que, até o início do século XX, os índios do Carretão mantinham a

"roça reúna", ou seja, a roça coletiva, onde os produtos eram distribuídos entre eles, com o incentivo do SPI. Não havia problemas com a falta de terra, uma vez que esta era suficiente para cobrir as necessidades da comunidade indígena e, inclusive, manter relações amistosas com a população envolvente. Durante três décadas, a presença e proteção de um órgão indigenista oficial, de um "gerente", ou "inspetor", com seus "agrados", ficaram registradas somente como realidades do passado, relatadas por alguns dos mais velhos da comunidade que ouviram os relatos de Simão e de seus pais e avôs. Somente em 1979 os Tapuios vão "(re)descobrir" a FUNAI (OSSAMI DE MOURA, 2008).

3 NO TEMPO DAS "TRAIÇÕES"

Este momento histórico, testemunhado pela comunidade, tem como referência a figura de Simão Borges, considerado o último dos líderes Tapuios em razão, sobretudo, de sua liderança e de sua perícia em preservar a coesão da comunidade. Ele fazia o vínculo histórico entre os da "família dos velhos" e a comunidade atual, na medida em que mantinha a prática de realizar as "roças reúnas" (em mutirão), autorizava a entrada de arrendatários, discutia com as autoridades políticas a questão da terra, dentre outras questões. Agora, os filhos, netos e sobrinhos de Simão Borges passam a relatar as histórias contadas por seus avós, sobretudo por Simão. Os descendentes do líder assumem o seu lugar de fala quanto ao período anterior. Simão passa a representar para seus descendentes o que seu avô José de Aguiar representou para ele: "o capitão dos Tapuios" e mantenedor da coesão social do grupo.

Os trabalhos nas roças realizavam-se de forma comunitária, mas já com outro tipo de modalidade em relação ao tempo da "família dos velhos", quando ainda havia, mesmo esporadicamente, a presença do SPI, administrando o resultado da produção. Para constituir as roças, as famílias se organizavam em forma de mutirão, tendo, agora, Simão Borges como seu grande organizador. Era a época, como lembram os Tapuios, da traição ou "adjutório": um tempo em que Simão dirigia a preparação dos trabalhos coletivos, envolvendo homens e mulheres. Estas faziam a comida para mais de 40 pessoas. Para este trabalho coletivo, na preparação das roças individuais, juntavam-se também outras famílias não-tapuias da região, numa

convivência harmoniosa que só veio a romper-se com a chegada de imigrantes, sobretudo, da Colônia Agrícola Nacional de Ceres (CANG) à região, na década de 1940, e a abertura de estradas por ali. Conforme o depoimento saudoso da Tapuia Mariinha, filha de Simão Borges,

...nos tempos dos velhos, isto aqui era tudo nosso... Eu podia morar aqui, ali, acolá... ninguém impedia. Tinha mato de fartura! Um plantava aqui, outro ali, onde queria; cada um fazia sua roça; às vezes fazia tudo junto, todo mundo ajudando. Agora, depois que entrou essa 'epidemia' [venda da terra], zangou tudo. O posseiro foi entrando igual berne no corpo da gente (OSSAMI DE MOURA, 2008, p. 202).

Com relação às roças feitas em mutirão é comum ouvir dos mais velhos comentários sobre o tempo em que "a comunidade era mais unida, o trabalho nas roças das famílias era feito em mutirão", que era realizado em clima de festa, com a chamada traição. Segundo os Tapuios, o tempo das "traições" era um tempo de união entre eles e de muita fartura. Era "a época em que o Simão juntava a *tapuiada*" (OSSAMI DE MOURA, 2008, p. 263).

A traição era organizada quando alguém da comunidade estava necessitando de ajuda para o trabalho agrícola que se acumulava e não dispunha de meios para pagar ajudantes. Então, alguém tomava a iniciativa de ajudar esta pessoa e, sem avisar o beneficiário (daí o nome traição), reunia a comunidade e todos iam, num dia combinado, ajudar voluntariamente o companheiro necessitado. Assim, a comunidade "dá a traição" na pessoa. Uma vez terminado o serviço, a pessoa "traída" se sentia obrigada a retribuir com festa de "comida e bebida" para os trabalhadores. O nome traição está ligado ao sentido de se fazer algo às escondidas, e não no sentido negativo que o termo denota, o que viria contrariar a rotina de intensa transparência das ações e decisões desta comunidade.

Apesar de nessa época, cada família Tapuia estar assentada em "lotes" individuais¹⁰, os laços comunitários preponderavam sobre o sentimento de "propriedade privada", podendo uma família utilizar, indiscriminadamente, a terra para fazer sua roça, de acordo com suas necessidades. Este tipo de organização sofreu as primeiras alterações com a chegada de famílias de agricultores que iam se instalando no Carretão com o único patrimônio de que dispunham: sua própria mão de obra. Para a obtenção do trabalho arrendavam a terra, oferecendo, como pagamento, uma porcentagem da produção aos Tapuios.

Conforme depoimentos de alguns Tapuios, e mesmo de moradores da área, na ocupa-

ção do território, nas décadas de 1940/50, as famílias de agricultores que ali chegavam, pediam autorização do chefe Simão Borges para se estabelecerem. Simão determinava os locais onde os agricultores recém-chegados deveriam construir as casas para moradia e os locais das roças

Para o estabelecimento destas famílias, inicialmente, os Tapuios cediam a terra para a formação de roças de subsistência, com um contrato verbal que previa o pagamento em mantimentos. Em seguida, com o solo esgotado para a lavoura com técnicas primitivas, a terra era transformada em pasto, surgindo o aluguel da terra com contratos carentes de formalidade jurídica, que se estendiam por períodos de até 14 anos. Depois, ocorria a venda da terra - concretização da grilagem propriamente dita. Quando, ao final do contrato de aluguel, os Tapuios não tinham condição de pagar as benfeitorias, eram coagidos a realugar ou a vender as terras, ora em troca de comida ora submetidos a um preço irrisório, estipulado arbitrariamente pelo ocupante. Ou seja, o contrato de arrendamento revelou-se-lhes em sua verdadeira face de grilagem.

Com a concentração da terra em mãos dos fazendeiros e arrendatários, bem como com o empobrecimento do solo, a organização social começa a sofrer alterações, cada vez mais intensamente. O sistema de propriedade comunal da terra foi um dos primeiros a ser atingido. A terra que era comunitária, em que se podia "plantar onde queria", ficou restrita a "lotes" familiares. A prática dos mutirões (traição) nas roças familiares não teve mais continuidade. As áreas de mata, provedoras da caça e solo para o plantio das roças, foram derrubadas rapidamente e transformadas em pasto para o gado dos fazendeiros. As roças dos Tapuios aos poucos reduziam-se, restringindo-se à monocultura do arroz, que se tornou insuficiente mesmo para o consumo anual das famílias, o que, por sua vez, desencadeou uma intensa mobilidade, especialmente dos jovens e dos chefes de família, em busca de trabalho nas fazendas da região. Ao final da década de 1970, a situação dos Tapuios e de suas terras era deprimente. Com quase todas as terras da área alugadas, quando não vendidas, os indígenas já não tinham mais espaço para suas plantações, o que afetou profundamente a produção para a subsistência da comunidade.

Vendo a terra invadida, sem trabalho, mal nutridos, sem assistência médica, em lamentáveis condições de desagregação econô-

mica e social, os Tapuios fizeram o primeiro contato com a FUNAI, em 1979 que, a partir daí, começou a investigar sobre as reais condições do Carretão. Constatou-se, logo, a realidade de invasões e perseguições sofridas pelos Tapuios. Uma comissão¹¹ foi nomeada pela FUNAI para aprofundar as investigações em 1980 e a Polícia Federal foi acionada para imediata intervenção. Após a demarcação da reserva do Carretão, em 1985, a FUNAI suspendeu os aluguéis dos pastos. Em julho de 1999, o Tribunal da Justiça emitiu uma sentença a favor da comunidade Tapuia, obrigando os invasores a deixarem a área indígena sem nenhuma indenização. No dia 27 de dezembro de 1999, a Polícia Federal juntamente com a FUNAI evacuaram os invasores da Terra Indígena Carretão, dando por encerrada, uma luta de espolição e violência, reintegrando os Tapuios a seu território, embora reduzido (OSSAMI DE MOURA, 2008).

A partir daí os Tapuios tentam reorganizar, enquanto grupo, seu trabalho num meio ambiente não só reduzido mas totalmente transformado, quer em relação à população das cercanias, que se multiplicou, quer em relação à própria natureza que já não lhes é mais propícia para as atividades de caça e pesca, antes fundamentais para a obtenção de proteína animal para a alimentação.

Neste segundo período analisado – a época de Simão Borges – podemos constatar que, no primeiro momento, as famílias domésticas mantinham as roças individuais trabalhadas pelos seus integrantes, mas quando havia necessidade, faziam uso do trabalho comunitário, com a organização das traíções, os adjutórios. Era um tempo com relativa abundância de terra para a construção das roças, mantidas ainda no sistema de coivara com a rotação da terra, o que era suficiente para suprir as necessidades da comunidade indígena. As matas eram ainda abundantes, possibilitando a prática da caça e da coleta. “Era um tempo sem ambição e de união” em que os Tapuios viviam economicamente autônomos, não dependendo da assistência de órgãos governamentais ou eclesiásticos. Faziam suas roças com técnicas primitivas, colhiam em abundância, repartiam com aqueles que necessitavam e até com os lavradores sem-terra que chegavam ao território indígena. Quando precisavam de produtos industrializados, como vestuário, sal, instrumentos agrícolas etc., vendiam galinhas e porcos e outros produtos agrícolas em cidades como Crixás e Goiás Velho.

No segundo momento, já na década de 1970, com a invasão de suas terras e quase todas alugadas, quando não “vendidas”, os indígenas já não tinham mais espaço para suas plantações, o que afetava a produção para a subsistência do grupo. Para remediar esta situação, foram forçados a procurar outras fontes de trabalho, em busca de dinheiro para a aquisição de alimentos. Foram, assim, compelidos a estabelecer, sazonalmente, relações de emprego nas fazendas da região, vendendo sua força de trabalho. No início, como assalariados ou proletários rurais; posteriormente, na condição de “lavradores sem terra”, submetidos ao trabalho no regime de empreita ou como diaristas. E ainda, “ilhados em seus próprios lotes”, foram impelidos a trabalhar para os locatários de suas terras, como peões, meeiros ou diaristas. Esta situação levou os Tapuios a perder sua autonomia e autossuficiência alimentar, conduzindo a comunidade a sérias dificuldades econômicas e sociais.

4 NO TEMPO PRESENTE:

o sistema do troca-dia e a roça comunitária

Passaremos a relatar o período em que os Tapuios conseguiram demarcar suas terras por meio da FUNAI, em 1985; a seguir, em 1987, obtiveram a homologação e, finalmente, em 1999, a retirada dos invasores bem como o retorno da autossuficiência alimentar. Como Simão Borges falecera em 1982, seu sobrinho José Borges passou a liderar a comunidade, exercendo um papel relevante junto à FUNAI e à Diocese de Rubiataba e Mozarlândia, sobretudo na época do processo para a retirada dos posseiros da área indígena. Posteriormente, a chefia passou a ser exercida pelo Cacique Dorvalino Augusto da Silva e permanece até os dias atuais.

De um modo geral, nenhuma família Tapuia, até o início da década de 2000, subsistia sem seu trabalho agrícola. Todos tinham, por menor que seja, um pedaço de terra para o plantio destinado à subsistência familiar. Este aspecto do trabalho era a principal fonte de ingresso material à comunidade.

Periodicamente as famílias realizam trabalhos em conjunto, chamados pelos Tapuios de “troca-dia”. O troca-dia é uma permuta de mão de obra, ou seja, um trabalho cimentado na cooperação e na ajuda mútua que as pessoas fazem com seus parentes ou vizinhos, nos trabalhos agrícolas, como a preparação da terra para a roça, a colheita, a construção de cerca,

de casa etc. Segundo os Tapuios, quando uma pessoa está com muito serviço, ela solicita a ajuda de alguém, encarregando-se a família de oferecer a refeição naquele dia de trabalho. Esta ajuda será retribuída, em outro dia, pela mesma pessoa, que prestará um serviço equivalente. A Tapuia Ana Borges fala da diferença entre o trabalho de diarista e o correspondente ao troca-dia:

Pra conseguir dinheiro os homens vão trabalhar é na diária: colher arroz, limpar o chão (...) O fazendeiro paga é R\$ 5,00 a diária. Aqui (no Carretão) num paga (...) é dia trocado: os meninos um dia vêm aí, limpa o chão; outro dia, o outro vai pagar dia serviço pra ele. Aqui na família, roda o serviço... (OSSAMI DE MOURA, 2008, p. 262).

Esta relação de trabalho, que não envolve pagamento em dinheiro, é uma forma de mutirão bastante comum entre os pequenos agricultores, que vivem no interior do Brasil, com poucos recursos. A permuta se dá apenas no intercâmbio da prestação de serviço. Típico das populações que praticam uma agricultura de subsistência, o troca-dia fortalece os laços de solidariedade entre parentes e vizinhos. O troca-dia, realizado hoje pelos Tapuios, vem substituir as antigas roças comunitárias realizadas pela comunidade, até a década de 50 com a chamada *traição*. Hoje, embora cada família constitua uma unidade de produção, de consumo e de organização da vida doméstica, pode-se perceber, pelo troca-dia, a existência da solidariedade interfamiliar.

Até 1987, os Tapuios empregavam o sistema tradicional de preparação de roças, conhecido como *coivara* e que resulta na chamada roça de toco¹². Com a derrubada de grande parte da área de vegetação nativa no Carretão e o empobrecimento do solo, os Tapuios que não possuíam terra suficiente para fazer a rotação das áreas de plantio não tinham outra alternativa senão introduzir, no pouco terreno disponível, a aração do solo e a rotação das culturas. O sistema de *coivara*, no entanto, não foi completamente abolido, sendo usado ainda por algumas famílias, sobretudo nas áreas de declives onde a aração é muito difícil. Dos 51 chefes de famílias entrevistados em 2010, 37 deles afirmaram não mais praticar o sistema de *coivara*, e apenas sete pessoas afirmaram ainda fazer uso deste sistema.

A partir de 1987, com a presença da FUNAI na área, a comunidade Tapuia ganhou um trator e vem recebendo, todos os anos, insumos agrícolas (adubo e sementes). Isso, por um lado, possibilitou o aumento da área plantada; por outro, aprofundou o sistema de

“propriedade privada dos lotes”, em que cada família busca aumentar sua própria produção. A mecanização da terra não é suficiente quanto à produção de excedentes agrícolas para comercialização, mas elevou a produção, equilibrando o consumo médio anual da própria comunidade. Assim, tal fator atenuou a compulsão de venda da mão de obra nas fazendas da região, na medida em que surgiram, ainda que em quantidade insuficiente, alternativas de trabalho na própria área indígena.

A atuação do técnico agrícola da FUNAI foi importante, pois o solo das terras do Carretão estava bastante desgastado, necessitando de correção com aplicação de insumos. Nos primeiros anos de plantio, pôde-se constatar um aumento significativo da produção, o que contribuiu com a permanência dos Tapuios em suas terras, evitando os arrendamentos nas fazendas vizinhas. Mas, se por um lado isso significou um passo importante para a comunidade, por outro, acarretou certa dependência dos Tapuios em relação aos insumos doados pela FUNAI. Os índios deixaram de seguir seu próprio ritmo para fazer suas plantações, alterando o “calendário agrícola” de acordo com o momento da entrega dos insumos pela FUNAI. Como a burocracia da FUNAI atrasava a liberação de recursos para a compra e entrega dos insumos, os Tapuios também postergavam o início do plantio. Quando, finalmente, começavam a plantar, já haviam perdido a melhor época e as melhores chuvas, resultando em colheitas insuficientes para o consumo anual.

Há outro fator negativo, consequente dessa dependência da FUNAI: os Tapuios deixavam de reservar sementes para a plantação do ano seguinte, como faziam anteriormente, atrelados que já estavam à remessa da FUNAI. Por isso, quando essas sementes atrasavam, os Tapuios não tinham suas próprias reservas para o plantio, levando-os a postergar os trabalhos ou a obtê-las comercialmente, quando dispunham de excedentes monetários.

Os trabalhos remunerados e realizados dentro da reserva, até 1993, eram executados por agentes externos à comunidade: chefe do Posto; enfermeira; auxiliar de técnicas agrícolas; professor da escola primária (FUNAI). Após muitas reclamações do grupo, a professora e a merendeira da escola passaram a ser duas mulheres Tapuias, que recebiam, cada uma, um salário mínimo da Prefeitura Municipal de Rubiataba.

Quanto ao trabalho de artesanato, poucas pessoas ainda dominam a arte do

trançado, produzindo, com folhas de palmeiras, peneiras e abanos. Estes utensílios servem às necessidades das próprias famílias que os produzem.

Com relação a outras atividades produtivas realizadas pelos Tapuios no interior da comunidade, destaca-se a criação de aves e animais destinada especificamente ao consumo familiar. Porém, quando necessitam de algum produto industrializado, vendem um porco, uma galinha ou podem levá-la para a cidade a fim de trocá-la pelo produto desejado, geralmente a um preço muito abaixo de seu valor real. Até o início da década de 1990 estas eram as atividades de subsistência do grupo.

4.1 Trabalho e fonte de renda¹³

Do ano 2000 até a atualidade, muitas mudanças ocorreram na área indígena Carretão. A primeira está relacionada ao sistema de trabalho assalariado que se efetua por meio das Secretarias Municipal e Estadual de Educação e da FUNASA. Atualmente, além do Ensino Fundamental existe também o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A Escola Cacique José Borges do Carretão absorve 16 pessoas com carteira assinada, com remuneração entre um salário mínimo a um e meio, mas com contratos temporários. Apenas a diretora tem contrato permanente. Tanto a direção da escola, como os professores, secretária, merendeiras, zeladores e motorista são Tapuios. Dos professores que atuam na escola, cerca de dez pessoas estão inscritas no curso de Licenciatura Indígena da Universidade Federal de Goiás. Somente a atual diretora da escola possui o curso de Pedagogia. Já a FUNASA absorve sete pessoas contratados como agentes de saúde indígena, agente de saneamento, motorista, faxineira.

Outra fonte de renda é aquela proveniente das aposentadorias e pensão. Vinte e duas pessoas recebem aposentadorias; destas, quatro acumulam sua aposentadoria com a pensão dos maridos falecidos. Esta categoria de idosos utiliza o dinheiro de suas aposentadorias para comprar, entre outros, gêneros alimentícios na cidade. Como não partilham do trabalho na roça comunitária, não se beneficiam do resultado da mesma, a não ser quando um dos filhos ou parente repassa certa quantidade da parte que lhe cabe. Algumas famílias são ainda beneficiadas pelo Programa Bolsa Família do Governo Federal.

Há ainda o fluxo monetário advindo da comercialização do gado e porco, ressaltando-se

que, segundo um jovem Tapuio, a venda do leite dependerá muito do tempo:

De maio até novembro, até começarem as chuvas, o leite está com o preço bom. Um Tapuio tira em torno de R\$ 500,00 por mês. Quem entrega 50 litros de leite recebe quase mil reais. O litro tem vez que paga 80 centavos, às vezes beira 90 centavos. Quem entrega 100 litros de leite recebe quase dois mil reais. Na época chuvosa, de dezembro a abril, o leite fica barato; o litro custa 40 a 50 centavos. (Informação verbal)¹⁴

Cerca de 1/3 das famílias Tapuias possui uma pequena criação de gado de leite. Apenas uma "família extensa" – somando a família dos pais e mais duas famílias compostas de seus filhos - chega a possuir cerca de 150 cabeças de gado. A posse das demais famílias varia entre 20 a 50 cabeças de gado. Os Tapuios depositam o leite num tanque que fica fora da aldeia, pertencente a uma empresa multinacional com sede em Rubiataba. Para ter acesso a este tanque, eles pagam em torno de três centavos por litro despejado.

Outra modalidade para conseguir este alimento consiste em pagar mais ou menos sete centavos por litro para que um leiteiro não tapuio busque o leite nas casas dos proprietários. Dependendo da época, paga-se até 80 centavos por litro. Caso o proprietário faça opção por esta última modalidade, seu lucro será menor, pois terá que pagar 07 centavos ao leiteiro-receptor e mais três centavos para o uso do tanque, restando-lhe em torno de 70 centavos em cada litro obtido. Em algumas ocasiões, os Tapuios vendem bezerros, cujo valor unitário varia entre R\$ 500,00 a R\$ 600,00. Um bezerro grande chega valer até R\$ 1.000,00.

Outra produção significativa é a de porcos, dirigida tanto para o consumo como para comercialização. A criação de porcos para a venda está condicionada à produção do milho, conforme percebe-se no depoimento deste jovem Tapuio cedido à autora, em 2010: "a gente cria muito porco quando a roça produz muito milho, agora produziu pouco milho, aí criou pouco porco. Se tiver que comprar milho, aí não compensa" .

As mulheres também contribuem para a geração da renda familiar, organizando a criação de pequenos animais domésticos, como galinhas e porcos, não só para o consumo interno, como também para venda. A criação de galinhas volta-se sobretudo ao consumo, mas, em casos necessários, algumas são vendidas na cidade ou na própria comunidade. Registram-se também casos de trocas. Ovos

e queijos servem para o consumo e para a venda.

Outras formas de remuneração são os trabalhos de diaristas em fazendas vizinhas, trabalhos temporários nas cidades e nos canais. Atualmente, dois Tapuios estão trabalhando na construção de uma estrada que ligará Nova América a Mossâmedes, dentro do estado de Goiás.

Tais estratégias econômicas, entretanto, não representam uma fonte de renda contínua para as famílias Tapuias, sendo apenas possibilidades praticadas de forma esporádica e eventual e tão somente por aquelas famílias que possuem os bens de capital necessários para este tipo de engajamento econômico. Para além destas dinâmicas produtivas acessórias, o pilar da vida econômica ordinária Tapuia repousa nas práticas de agricultura de subsistência.

4.2 A produção de alimentos

4.2.1 Alimentos de origem animal

Para o consumo de proteína animal, ocasionalmente, abate-se um porco ou um boi que é partilhado no interior da família nuclear ou extensa, bem como vendido para outro parente. Com frequência, compra-se este produto na cidade. Hoje, com a introdução de luz elétrica na aldeia, muitos têm sua geladeira e nela conservam a carne comprada em maior quantidade. Porém, há aqueles que, mesmo tendo recursos para a compra deste eletrodoméstico, preferem manter o costume tradicional de secar a carne ao sol ou sob a fumaça de seus fogões à lenha. Guarda-se a carne de porco nas latas da banha obtida do próprio porco. A carne de frango só é consumida na ausência da carne bovina, o que ocorre de duas a três vezes por semana.

Os alimentos vindos da caça não são frequentes, tendo em vista a drástica redução de animais silvestres em decorrência do desmatamento da área indígena, sobretudo para dar lugar ao pasto. Assim, os Tapuios precisam se deslocar para as áreas de matas das fazendas do entorno embora o acesso seja proibido por seus proprietários. Eventualmente, come-se algum tipo de carne de caititu, paca, tatu. Atualmente, com a proibição, pelo IBAMA, de desmatar para utilizar madeira, algumas áreas de matas estão sendo preservadas. Segundo os Tapuios, a modalidade de roça comunitária utilizada atualmente, estaria atraindo mais animais para a área, havendo relatos de aparições de veado, anta e até de onça que estava

atacando o gado. Tal fator pode estar associado à estabilização ou mesmo regeneração das matas restantes, tendo em vista a proibição de desmates para obtenção de madeira.

A carne de peixe não constitui um produto frequente na alimentação, uma vez que os cursos d'água, mesmo perenes, não disponibilizam de peixes muito grandes. A pesca entre os Tapuios se dá de forma individual ou em grupo, ao se juntarem algumas pessoas da mesma família ou de famílias diferentes. Quando praticada dentro da área indígena, geralmente se realiza por mulheres e crianças. A tentativa da FUNAI de construir uma represa para piscicultura, infelizmente, não teve sucesso. Por duas ou três vezes a represa se rompeu devido a grande quantidade de chuvas. Outra questão, segundo um Tapuio, é que os peixes estavam sendo consumidos antes de se reproduzirem, evidenciando uma relativa incompatibilidade da cultura alimentar da comunidade com a prática da piscicultura.

4.2.2 Alimentos de origem vegetal/agrícola

Os Tapuios possuem uma produção do tipo familiar, cuja responsabilidade é de todo o grupo doméstico - homens, mulheres e crianças - visando a sua subsistência. Este tipo de produção familiar é intercalado com o modo de produção da roça comunitária¹⁵ e reapropriada com incentivo da FUNAI. Não produzem, porém, um excedente para ser vendido no mercado. A venda só acontece excepcionalmente, quando sobra da produção anual, estocada para consumo, ou numa emergência, quando se precisa de dinheiro, em espécie, para compra de produtos industrializados, tais como roupa, remédio, açúcar, sal etc.

A maior parte da alimentação dos Tapuios provém da agricultura. Atualmente, a roça comunitária de arroz e milho, de cerca de nove a dez alqueires, congrega uma boa parte das famílias. Esta roça é mecanizada e irrigada, e conta com o apoio da FUNAI com relação ao fornecimento de insumos agrícolas. A FUNAI não mais distribui estes insumos para manutenção de roças familiares, com isso procura motivar as famílias a assumirem o trabalho da roça comunitária. A produção final da roça é distribuída por igual quantidade aos associados.

Algumas famílias vivem apenas da roça comunitária, outras cultivam também roças individuais para completar a produção anual. Há algumas famílias que não participam do sistema da roça comunitária, preferindo cul-

tivar as suas próprias; outros grupos, como os aposentados e pensionistas, também não participam daquele sistema uma vez que adquirem, a partir dos salários oriundos de suas aposentadorias e pensões, os mantimentos necessários para sua subsistência. Uma parte dos assalariados, cujos rendimentos provêm do governo (FUNASA, Secretaria de Educação), já não cultiva suas roças individuais.

O arroz da roça comunitária é destinado para o consumo familiar. Alguns, por motivo de necessidade, vendem parte da produção na cidade e, em algumas famílias com maior número de pessoas, o arroz não é suficiente para o ano todo. Segundo um lavrador Tapuio:

Quase todo mundo comercializa uma parte do arroz e milho. Depois vai comprar mais na rua para completar o arroz que fica faltando no ano. Isso não compensa fazer... o nosso arroz não tem nada de veneno. Lá em casa mesmo nós não vendemos. Deixa tudo ensacado. Somos três pessoas trabalhando na roça, dependendo da produção, se cada uma tiver direito a 10 sacos de arroz, vamos ter 30 sacos de arroz pra passar o ano todo. Numa casa que só tem um trabalhando só vai ganhar 10 sacos e se tem muitos filhos vai ter que comprar mais para completar (Informação verbal)¹⁶.

Os roçados familiares são pequenos e não contemplam grande variedade de produtos. Normalmente, prepara-se a terra para receber o plantio do arroz, principal ingrediente alimentar, que é plantado em solo menos duro ou mais próximo dos córregos. Reserva-se outra parte da terra para o plantio do milho. Planta-se também uma pequena quantidade de feijão, gênero particularmente sensível à exaustão do solo, o que leva as famílias à aquisição comercial deste produto na cidade. Destina-se, ainda, uma parte do roçado para o plantio da mandioca, abóbora, batata doce, cará etc.

Na pesquisa realizada em 2010, sobre os hábitos alimentares dos Tapuios, os alimentos plantados antigamente podem ser assim discriminados: como ordem de maior cultivo, o milho (49%), próximo deste vem o arroz, com (47%), a mandioca (43%), a abóbora (39%), o feijão (35%); a batata doce, a cana-de-açúcar e a banana ficam com a mesma frequência de 31%.

Os principais produtos plantados, atualmente, consistem no milho (33%), no arroz (25%), na banana (20%), na abóbora (18%), na mandioca (16%), feijão (14%) e a cana-de-açúcar (12%) juntamente com as hortaliças (12%).

Comparando os produtos atuais com os oito principais produtos plantados anteriormente, pelos parentes mais antigos, percebe-se que o

milho continua se mantendo em primeiro lugar, com 33%. Isto se justifica pelo fato de que o milho é produzido não somente para o consumo humano, mas, sobretudo para a alimentação de animais domésticos, como porcos e galinhas. A criação de porcos, para a venda, como já foi citado, está condicionada à produção do milho. Apesar de o arroz representar o segundo lugar no item de produtos mais cultivados (25%), ele é o principal ingrediente no sistema alimentar da comunidade.

A partir destes dados, percebem-se algumas alterações com relação às plantações dos Tapuios. A primeira alteração visível está na quantidade do produto plantado. Todos os itens plantados anteriormente sofreram, hoje, redução. Um dos fatores que levaram ao encolhimento da produção está na própria redução da área indígena, quando da redemarcação do território pela FUNAI, em 1985. Um segundo fator consiste em que muitas famílias já não produzem suas roças, uma vez que vivem de seus ordenados, aposentadorias e pensões.

Fotografia 1 - Tapuio Natalino Borges em seu roçado



O feijão, que antes ocupava a 5ª posição, atualmente ocupa a 6ª, o que vem confirmar as afirmações dos Tapuios de que, hoje, quase não se planta aquela leguminosa por se tratar de um gênero alimentício sensível à exaustão do solo, o que leva as famílias à aquisição comercial deste produto na cidade. Antigamente,

dizia um Tapuio, “se plantava por ano 30 litros de feijão e dava de fartura”; hoje, quase não se planta este produto, pois, segundo alguns Tapuios, “plantar feijão é ter prejuízo, uma vez que a terra não produz muito”.

Uma alteração na prática agrícola da comunidade em estudo deu-se quanto ao calendário agrícola. Em outros tempos, como dizia um Tapuio, “a gente plantava era no pó (no tempo da seca), depois vinha a chuva que era pra molhar a terra”. Segundo alguns depoimentos, o plantio começava em setembro; agora, com as mudanças climáticas retardando o início das chuvas, os Tapuios não têm mais um período certo para o início das plantações.

Fotografia 2 - Tapuio José Belino Lopes do Rosário, um dos guardiões da memória da comunidade



A farinha de mandioca, que até pouco tempo era produzida apenas para o consumo de algumas famílias, já que outras preferiam comprar na cidade, atualmente possui papel relevante, tanto na alimentação quanto na economia do grupo. Incentivadas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Diocese de Rubiataba, as mulheres Tapuias implementaram um projeto para o processamento da farinha de mandioca. Além de utilizarem tal arbusto para o consumo doméstico, grande parte do produto do mandiocal é destinada ao processamento da farinha, realizado na casa de farinha Marly Tapuia¹⁷, construída pelo CIMI. Com o apoio desta entidade, a comunidade, por meio de sua Associação, buscou ampliar as parcerias junto à FUNAI e à Prefeitura de Rubiataba, visando à implementação do projeto e à comercialização do produto. Atualmente, a farinha de mandioca é um valor de troca no mercado das cidades vizinhas, como acontece em Rubiataba. O projeto, na sua fase incipiente, ainda não traz

grande retorno econômico para a comunidade, mas os Tapuios estão confiantes.

O sistema de roça comunitária, reapropriado pelos Tapuios, não significa apenas uma forma de prestação de serviço no sentido de atender as necessidades alimentares das famílias; é uma tentativa de a comunidade resgatar elementos da produção tradicional, visando também a manutenção e a extensão de laços de solidariedade, através do trabalho comunitário.

Fotografia 3 - Fachada da Casa de Farinha comunitária, cujo nome é uma homenagem à Tapuia que esteve à frente do mutirão de produção de farinha



A horta comunitária segue em direção a esse mesmo espírito. Quando, no início de 2010, visitamos esta horta havia o cultivo de couve, alface, almeirão, coentro, cebolinha, cenoura, beterraba, quiabo, jiló, pepino, abóbora etc. Os dados da pesquisa de 2010 mostraram uma redução no consumo das hortaliças apesar do plantio das hortas comunitária e escolar. Esta última vem contribuindo para introduzir, sobretudo junto às crianças e adolescentes, o hábito de consumo de verdura e legumes. Despertou-nos curiosidade o fato de uma grande quantidade de pepino não ser colhida. Perguntamos a uma mulher Tapuia se não colhiam o produto ou se havia em excesso. Ela argumentou que os Tapuios não gostam de pepino, principalmente as crianças. Podemos deduzir daí que, como a orientação para o plantio provém da FUNAI, que é a fornecedora das sementes, há pouca preocupação em se procurar conhecer os costumes alimentares da comunidade que estão revestidos de valores e orientam o comportamento de seus membros. Neste sentido, é importante saber o sistema cognitivo da população, para que não sejam impostos necessidades e hábitos que não con-

Fotografia 4 - Cacique Dorvalino Augusto exibindo parte da produção da Casa de Farinha comunitária



digam com seu universo cultural, uma vez que, o “gosto”, a predileção por um alimento faz parte do patrimônio cultural de uma sociedade, pois é uma realidade coletiva e que passa pelo saber do que é bom e ruim, do que agrada e desagrada (MONTANARI, 2008). Daí a necessidade de se compreender o significado que os membros da comunidade dão aos alimentos, sua relação com eles, a lógica de produção do grupo, as estratégias que desenvolvem para assegurar não só a própria subsistência, mas também seu desenvolvimento social e econômico como sugere Woortmann (1976) no relatório final de uma série de pesquisas sobre hábitos alimentares, realizadas por vários estudiosos em diferentes lugares do Brasil.

De um modo geral, percebe-se que não há entre os Tapuios uma diversidade das espécies cultivadas, o que faz com que consumam sempre os mesmos produtos como prato básico: arroz, feijão, abóbora, batata-doce acompanhados de uma carne e, às vezes, legumes e hortaliças.

4.3 Aquisição de alimentos externos

Os Tapuios, como vimos acima, dependem de alimentos externos, ou seja, de alimentos que não são produzidos na aldeia, uma vez que os roçados não são suficientes para a alimentação anual das famílias, o que revela que o grupo não é autossuficiente com relação à alimentação. Mesmo produzindo e processando os produtos básicos da alimentação – arroz, milho, tubérculos, farinha, banha, – os Tapuios ainda necessitam adquirir produtos disponíveis por meio de relações econômicas monetarizadas. O acesso à banha de porco não impede a preferência de alguns pelo óleo de soja comprado na cidade. São dependentes do açúcar, café, carne de gado, macarrão, farinha do trigo, bolacha/biscoito, sal, doces etc., além de outros produtos industrializados como roupa, calçados, eletrodomésticos.

A partir de 1998, a FUNAI logrou disponibilizar luz elétrica na sede do Posto Indígena. Mas, somente em 2005, com o programa Luz para Todos, do Governo Federal,

a luz elétrica se estendeu às casas. Com isso, iniciou-se a aquisição em maior escala de eletrodomésticos (televisão, DVD, chuveiro) e bens de capital como uma máquina de beneficiar arroz. A aquisição destes bens depende do poder aquisitivo de cada família. E quanto maior o poder aquisitivo, menor se torna a preocupação com a construção de roças, pois com o salário podem comprar os alimentos dentro ou fora da aldeia ou mesmo pagar alguém para o cultivo de suas roças.

Com a fonte de renda proveniente de aposentadorias e trabalhos, vindos dos governos estadual e municipal, assim também com os benefícios sociais correspondentes ao Bolsa Família, percebe-se que a produção de alimentos originada das roças diminuiu, crescendo, porém, a dependência de bens industrializados. Impressiona o número de motocicletas adquiridas pelos jovens, havendo em média quase uma moto para cada residência. Há cerca de dez anos, o principal meio de transporte dos Tapuios era o cavalo, hoje, substituído pelas motos. Com elas, se deslocam para dar aula, visitar parentes, ir para as roças e cidade. Uma grande desvantagem das motos é o sedentarismo, que possibilita o surgimento de doenças e obesidade. Já se observa o impacto desta última entre os Tapuios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos acima, os Tapuios são uma comunidade de agricultores indígenas que vive de uma produção do tipo familiar, complementada com a roça comunitária, visando a sua subsistência. Apesar de as roças serem individuais, eles mantêm a prática de plantar juntos, visando à cooperação no trabalho agrícola, mesmo que, ao longo de um século, esta prática tenha recebido diferentes nomes, como "roças reúnas", tração (adjutório), mutirão, troca-dia, roça comunitária.

Tendo em vista que os Tapuios não são inteiramente autossuficientes e dependem da economia urbana, uma vez que sua produção não supre todas as suas necessidades básicas, sendo preciso complementá-las com produtos industrializados, procuram manter práticas tradicionais, apesar de modificadas, como a cooperação nos trabalhos agrícolas por meio do troca-dia. Desta forma, os Tapuios buscam, de um lado, superar uma questão financeira, de carência de mão de obra entre as famílias elementares, mantendo uma relativa autonomia em relação ao sistema capitalista, baseado na compra e venda da força de tra-

balho no campo. Por outro lado, esta modalidade de trabalho centrada no troca-dia contribui para o desenvolvimento de uma rede de prestações e contraprestações de serviço, na medida em que se estabelece uma obrigação moral de retribuição da ajuda, pois a pessoa que recebeu o benefício terá de retribuir com outro serviço, quando isso lhe for solicitado. A contraprestação está, portanto, não na "festa de comilança", que o beneficiário dava no tempo das "trações", após o trabalho, mas, na certeza da retribuição material da ajuda, moralmente devida. Deste modo, cria-se, aqui, uma relação de reciprocidade, a qual permite a continuação do sistema cooperativo, tendo em vista que o troca-dia não é o intercâmbio de um serviço esporádico, mas faz parte do calendário agrícola anual do grupo.

Segundo Pedraza (2005, p.130-131), a disponibilidade de alimentos é um requisito essencial para a segurança alimentar e bem-estar nutricional de uma comunidade. Esta disponibilidade depende, entre outros fatores, da produção, sobretudo, da produção agrícola para o consumo, em se tratando de comunidades rurais, pois dependem desta forma direta de obter alimentos. A disponibilidade de alimentos tem a ver, segundo a autora, com o grau de suficiência, autonomia, estabilidade, sustentabilidade e equidade alimentares. A suficiência alimentar, por sua vez, tem a ver com o grau da oferta para satisfazer determinados níveis de demanda, ou seja, capacidade de produzir, suficientemente, alimentos para atender as necessidades básicas da comunidade. Já a autonomia tem a ver com a vulnerabilidade externa dos sistemas alimentares, em que se procura, cada vez mais, reduzir esta vulnerabilidade com relação às flutuações do mercado internacional e das pressões políticas externas. A estabilidade diz respeito às flutuações ou magnitude de oscilações de oferta de alimentos no decorrer do tempo. Há necessidade de garantir a estabilidade, tanto no acesso aos alimentos como em seus preços.

A sustentabilidade, por sua vez, consiste na manutenção, a longo prazo, do sistema alimentar, preservando o sistema ecológico. O último fator que concorre para a disponibilidade de alimentos, segundo Pedraza (2005, p. 132), é a equidade, significando o acesso seguro a alimentos de qualidade e suficientes para todos os membros de um grupo social. Segundo a autora, dada a fragilidade da maioria das economias rurais, as dificulda-

de de acesso aos alimentos podem ocasionar efeitos nutricionais negativos.

Analisando a disponibilidade de alimentos da comunidade Tapuia, conforme as definições de Pedraza, podemos afirmar que a segurança alimentar e nutricional dos Tapuios está comprometida. Primeiro, porque eles não produzem o suficiente para atender todas as necessidades básicas do grupo (não suficiência alimentar), o que os leva a depender de outros produtos industrializados da cidade (não autonomia). Segundo, porque subordinam-se ao resultado do plantio, e nem sempre conseguem um resultado que satisfaça as necessidades de consumo anual, acarretando instabilidade alimentar. Como produzem para a subsistência, não possuem um planejamento a longo prazo, sobretudo, agora, que dependem dos insumos agrícolas da FUNAI.

Aparentemente, poder-se-ia afirmar que a disponibilidade de alimentos cresceu facilitada pelos recursos advindos dos trabalhos assalariados e das aposentadorias. Porém, se de um lado estes recursos facilitam o acesso a alimentos e a outros bens industrializados, por outro, os Tapuios são tragados pelo sistema de endividamento no comércio, onde boa parte de sua renda fica comprometida com a compra parcelada de moto, geladeira, televisão, sofá, roupa etc.

Quando comparados com a situação vivida por seus antepassados na década de 1940, nota-se que estes eram senhores de "imensos gerais", a roça era "reúna" (coletiva), podiam plantar onde queriam, pois a terra era abundante e os produtos eram distribuídos entre eles, "um tempo sem ambição e de união". Durante a pesquisa, percebemos, na fala dos mais velhos, certo saudosismo, porém, logo apontam a vantagem dos dias de hoje: "naquele tempo a pessoa adoecia e não tinha meios para sair e buscar recursos (médico)... quando saia era carregada numa rede... agora tem hospital perto... o carro vem buscar na porta da casa".

A aparente afluência vivida pelos tapuios pode se reverter, num futuro próximo, em insegurança alimentar, bem como em aprofundamento no grau de dependência de bens industrializados urbanos. Os fatores para esta crise advêm da terra, tanto porque, hoje, ela se encontra reduzida como também porque o solo apresenta-se bastante desgastado pelo uso contínuo e sem conservação - e sabe-se que só é possível uma boa produção com a mecanização das roças. Outro fator consiste no grau de dependência da comunidade em relação à FUNAI quanto aos insumos doados, pois esta

favorece a mecanização da terra, fornecendo equipamentos e insumos agrícolas, como sementes e adubos, além do estímulo para a manutenção da roça comunitária. Agravando esta dependência, temos ainda a questão que os Tapuios deixaram de reservar sementes para a plantação do ano seguinte, como faziam antes.

Se, atualmente, os Tapuios contam com certa disponibilidade de alimentos provenientes tanto das roças familiares como da comunitária, bem como de produtos industrializados adquiridos no mercado com os salários advindos do seu trabalho assalariado, da aposentadoria e da pensão, esta situação pode se inverter caso venha faltar a assistência do governo federal por meio da FUNAI e da FUNASA. Esta situação já pode ser observada com a nova reestruturação da FUNAI, quando extinguiu, em 2010, a Administração Regional de Goiânia, paralisando os trabalhos realizados na aldeia e retirando o chefe de posto.

O problema desta atitude precipitada da FUNAI consistiu em que não houve tempo de os Tapuios se organizarem, buscando novas opções de trabalho e de aquisição de alimentos, entre outros bens. Acreditamos que tal processo possa ser verificado no âmbito de outras sociedades tradicionais, em que a conjugação de prestações econômicas monetarizadas, muitas vezes associadas às práticas econômicas redistributivas lançadas por agentes do Estado e do terceiro-setor, acabam por competir ou mesmo minar processos econômicos pautadas em relações domésticas ou de reciprocidade, estruturantes da autonomia e da sustentabilidade deste grupo.

Neste sentido, tornam-se necessárias, urgentemente, medidas que venham favorecer a autonomia e a sustentabilidade da comunidade, a partir de implementação de ações estruturantes que promovam o desenvolvimento sustentável do grupo, ancoradas no seu sistema de conhecimentos, de modo a valorizar e respeitar suas práticas e hábitos alimentares. Sendo assim, é necessário garantir o acesso aos alimentos para esta população, bem como o acesso aos meios para sua produção: natureza, terra, água, educação, saúde etc., uma vez que estes elementos são relevantes para a manutenção e sustentabilidade do sistema alimentar.

NOTAS

1. Neste trabalho, o nome do grupo indígena em estudo não será grafado seguindo a Convenção para a grafia de nomes tribais, estabele-

- cida pela associação Brasileira de Antropologia (ABA), quando de sua primeira reunião, em 14 de novembro de 1953. O nome será grafado de acordo com o modo de falar empregado pela própria comunidade indígena e pela população regional, flexionando em gênero e número.
2. Neste artigo utilizaremos dados de várias pesquisas realizadas pela autora na área indígena Carretão, atualizando-os com dados do projeto de pesquisa realizada em 2010 e coordenado pela autora, sobre Cultura e hábitos alimentares dos Tapuios do Carretão. Este Projeto, da PUC Goiás, foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) e contou com a parceria da UFG, FUNASA, FUNAI, SEMIRA E CONSEA-GO, por meios dos pesquisadores M^a de Fátima Gil (UFG), Dulce T. O. da Cunha (CONSEA-GO), Ernesto C. Castro (PUC Goiás), João Moreira (FUNASA), Cristhian T. Silva, consultor (CEPPAC-UnB) e os bolsistas de Iniciação Científica/CNPq: Joana Jubé, Érica França, André Ferreira, Selene Almeida e Rebeca Fonseca.
 3. Incluindo os cônjuges não-tapuios e sem contar os Tapuios que vivem fora da Terra Indígena.
 4. Termo utilizado pelos Tapuios para se referirem ao seu bisavô e suas avós (José Aguiar, Maria Raimunda, Maria do Rosário).
 5. Simão Borges foi um grande líder da comunidade Tapuia, em torno do qual se dava a unidade do grupo. Os Tapuios não sabem precisar o ano de seu falecimento (1981 ou 1982).
 6. Por solicitação de Dom José Carlos de Oliveira à Universidade Católica de Goiás, atualmente PUC-Goiás, iniciou-se no Carretão uma pesquisa para fazer o levantamento socioeconômico e cultural da comunidade Tapuia. Continuamos, depois, nossas pesquisas com o objetivo de levantar dados para o doutorado. Atualmente, realizamos um projeto sobre cultura e hábitos alimentares.
 7. Maiores detalhes ver a dissertação de Rita Heloisa de Almeida (Lazarin). *O Aldeamento Carretão: duas histórias*. Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 1985 (Dissertação de Mestrado).
 8. No século XIX era comum a nomeação de um índio como "capitão" para vigiar e acompanhar o trabalho dos outros indígenas.
 9. "Reúnas" = reunidas; forma sincopada do particípio do verbo reunir; expressão arcaica.
 10. Em 1948 o governador Jerônimo Coimbra Bueno delimita as terras dos Tapuios, conforme a Lei Estadual nº 188. As terras concedidas aos Tapuios compreendiam duas glebas não contíguas: a primeira, com 1.430 hectares; a segunda, com 98 hectares. Essa lei foi publicada no Diário Oficial de Goiás de 17-11-1948. A concessão das terras, no entanto, foi feita a indivíduos, e não à comunidade, como é corrente quando se trata de áreas indígenas, em que a terra é um bem coletivo.
 11. Integrava esta comissão a funcionária da FUNAI Rita Heloisa de Almeida (Lazarin).
 12. Este sistema consiste no corte do mato, a machado e foice, na área onde será feita a plantação. Depois de deixar secar o mato derrubado, faz-se a queimada, sendo as próprias cinzas um adubo primitivo. Nesse terreno, faz-se o plantio por dois anos consecutivos, após os quais a área é abandonada e o lavrador passa para outro terreno, a ser derrubado.
 13. Os dados apresentados neste item estão baseados na pesquisa realizada na Terra Indígena Carretão, no ano 2010, com o tema Cultura e hábitos alimentares dos Tapuios do Carretão.
 14. Entrevista cedida à autora, em março de 2010.
 15. A roça comunitária foi construída no local onde, no passado, foi ocupada ilegalmente por posseiros.
 16. Entrevista cedida à autora, em março de 2010
 17. O nome da casa de farinha foi uma homenagem à Tapuia Marly, falecida em 2008, que esteve à frente do projeto do mandiocal liderando as demais mulheres.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rita Heloisa. *Aldeamento Carretão segundo seus herdeiros Tapuios*. Brasília: FUNAI/CGDOC, 2003.

GALLAIS, Padre Estevão Maria. *O apóstolo do Araguaia: frei Gil Vilanova, missionário dominicano*. Rio de Janeiro: Prelazia de Conceição do Araguaia, 1942. (adaptação portuguesa por Frei Pedro Secundy e Soares d'Azevedo).

LAZARIN, Rita Heloisa de Almeida. *O aldeamento Carretão: duas histórias*. 1985. Dissertação (Livre-docência) – Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, DF, 1985.

_____. *Relatório sobre os índios do Carretão*. Brasília: FUNAI, junho de 1980.

MONTANARI, Massimo. *Comida como cultura*. Tradução: Letícia Martins de Andrade. São Paulo: Ed. SENEC São Paulo, [1949] 2008.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terêna numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

OSSAMI DE MOURA, Marlene Castro. *Os Tapuios do Carretão: etnogênese de um grupo indígena do Estado de Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, 2008.

PEDRAZA, Dixis Figueroa. Disponibilidad de alimentos como factor determinante de la seguridad alimentaria y nutricional y sus representaciones en Brasil. *Revista da Faculdade de Nutrição da Pontifícia*

Universidade Católica de Campinas, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 129-143, 2005.

Memórias Goianas (1850-1853), Nº 05. Relatórios dos Governos da Província de Goyaz de 1850-1853. Sociedade Goiana de Cultura/Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central/Centro de Cultura Goiana. Goiânia: Ed. da UCG, 1996, 305p.

WOORTMANN, Klass (Org.). *Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda*. Brasília: UnB, 1978. (Série Antropologia nº 20).

PROJETO CULTURA E HÁBITOS ALIMENTARES DOS TAPUIOS DO CARRETÃO. Goiânia: PUC Goiás/UFG, FAPEG, 2011.